

## ENCARGOS SOCIAIS

### Mão de Obra Horista – Desonerado (Lei Nº 12.844/2013)

O regime de desoneração da folha de pagamentos substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% (INSS) sobre o total da folha de pagamento pela contribuição previdenciária, com alíquota de 2%, sobre o valor da receita bruta.

Foi publicada, em 19 de julho de 2013, a Lei nº 12.844/2013 que altera os artigos 7º, 8º, 9º e o Anexo I da Lei nº 12.546/2011 e o artigo 14, da Lei nº 11.774/2008, alterando os setores a serem beneficiados com o regime de desoneração da folha de pagamentos.

Foram enquadrados no regime de desoneração os seguintes setores: Construção Civil, enquadrados nos seguintes grupos da CNAE 2.0

- 412 – Construção de Edifícios;
- 432 – Instalações Elétricas, Hidráulicas e Outras Instalações em Construções;
- 433 – Obras de Acabamento;
- 439 – Outros Serviços Especializados para Construção (4391-6 – Obras de Fundações e 4399-1 – Serviços Especializados para Construção não especificados anteriormente).

Construção de Obras de Infraestrutura, enquadrados nos seguintes grupos da CNAE 2.0:

- 421 – Construção de Rodovias, Ferrovias, Obras Urbanas e Obras-de-Arte Especiais;
- 422 – Obras de Infraestrutura para Energia Elétrica, Telecomunicações, Água, Esgoto e Transporte Por Dutos;
- 429 – Construção de Outras Obras de Infraestrutura;
- 431 – Demolição e Preparação do Terreno.

Deve-se considerar qual a classificação da empresa conforme seu contrato social e atividade de maior receita, pois a desoneração recai sobre a empresa e não sobre o tipo de obra. A opção pela desoneração tem caráter irrevogável. A contribuição de 2% sobre a receita bruta é aplicável até o término da obra.

#### GRUPO A

Encargos resultantes de tributos estabelecidos por Lei ou em Acordos Coletivos. Retirasse a incidência do INSS (Tabela 13).

Tabela 13: Encargos resultantes de tributos estabelecidos por Lei ou em Acordos Coletivos

A	GRUPO A	Incidência
A1	INSS	0
A2	SESI	1,5%
A3	SENAI	1,0%
A4	INCRA	0,2%
A5	SEBRAE	0,6%
A6	Salário Educação	2,5%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,0%
A8	FGTS	8,0%
A9	SECONCI (São Paulo)	1,0%
	<b>TOTAL</b>	<b>17,8%</b>

## GRUPO B

Detalhamento do Grupo B:

- Domingos ou Repouso Semanal Remunerado Número anual de horas correspondentes aos domingos, excluídas as coincidências com férias gozadas. Em um contrato de duração média de 18,29 meses (conforme extrato CAGED, anteriormente relacionado), consideram-se 30 dias de férias gozadas, adquiridas após 12 meses de contrato, de acordo com a fórmula abaixo, além de indenização proporcional aos 6,29 meses restantes, que será tratada no GRUPO C, por não sofrer incidência dos encargos do Grupo A:

$$\left( \frac{\left( \left( \frac{18,29 \text{ meses}}{12 \text{ meses}} \right) \times 365,25 \text{ dias} \right) - 30 \text{ dias}}{7 \text{ dias}} \right) \times \left( \frac{12 \text{ meses}}{18,29 \text{ meses}} \right) \times 7,33 \text{ horas} = 361,86 \text{ horas}$$

$$\frac{361,86 \text{ horas}}{2.012,76 \text{ horas}} = 17,99\%$$

- Feriados Número anual de horas correspondentes aos feriados. Estudo foi realizado para a cidade de São Paulo, considerando as datas dos feriados que afetam o trabalho naquele município e projetando o início do ano para cada dia da semana, o que permite verificar a ocorrência média de feriados em dias de semana, em sábados e em domingos.

Adotou-se que o feriado ocorrido em dia de semana impacta em dia integral, em sábado impacta meio dia (de acordo com Acordo Coletivo) e em domingos não gera impacto. Este estudo apontou a ocorrência média de 13,62 dias parados em decorrência de feriados ao ano.

Após a obtenção desse dado é necessário desconsiderar a coincidência de feriados e férias, utilizando novamente a ocorrência de 30 dias de férias gozadas em um contrato de 18,29 meses, que se dá pela seguinte fórmula:

*JSF*

$$\left[ \left( \frac{18,29 \text{ meses}}{12 \text{ meses}} \right) \times 13,62 \text{ feriados} \right] \times \left( \frac{(18,29 - 1) \text{ meses}}{18,29 \text{ meses}} \right) \times \left( \frac{12 \text{ meses}}{18,29 \text{ meses}} \right) = 12,87 \text{ feriados}$$

$$12,87 \text{ feriados} \times 7,33 \text{ horas} = 94,4 \text{ horas}$$

$$\frac{94,4 \text{ horas}}{2.012,76 \text{ horas}} = 4,69\%$$

- **Auxílio Enfermidade – Doença**

Este auxílio, previsto na Lei nº 8.213/1991, é concedido pela Previdência Social ao trabalhador que, por motivo de doença, ficar afastado de suas atividades por período superior a 15 dias consecutivos, restando o encargo por afastamentos com duração de até quinze dias, a ser pago pelo empregador.

De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2010, o percentual geral de contribuintes que receberam o benefício foi de 3,35%. Por não haver identificado estatística específica para o setor, adotou-se o número geral como representativo do setor da construção civil. É preciso destacar que, toda vez que o benefício previdenciário é concedido a um trabalhador, seu respectivo empregador já arcou com quinze dias de ausência ao trabalho.

Contudo, é comum a ausência ao trabalho por motivo de doença por período inferior aos 15 dias, dados que não entram no cômputo da estatística citada. Portanto, para efeito de cálculo, será considerada a parcela detectável pelas estatísticas oficiais (3,35% X 15 dias) acrescida de 2 dias de ausência por motivo de doença ao ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\frac{18,33 \text{ horas}}{2.012,76 \text{ horas}} = 0,91\%$$

- **Décimo Terceiro Salário**

Equivale ao valor devido a cada hora de trabalho correspondente ao décimo terceiro salário. Adicionalmente, é pago ao trabalhador o equivalente a trinta dias de trabalho para cada ano inteiro de efetivo trabalho, conforme o cálculo a seguir:

$$(30 \text{ dias} \times 7,33 \text{ horas}) = 220 \text{ horas}$$

$$\frac{220 \text{ horas}}{2.012,76 \text{ horas}} = 10,93\%$$

- **Licença Paternidade**

Número de horas correspondentes aos dias de licença paternidade por ano. Neste cálculo, considera-se a incidência de indivíduos do sexo masculino no setor da construção civil (92,44%), a proporção desses trabalhadores na faixa dos 18 aos 49 anos (77,42%), e a probabilidade de um trabalhador nessas condições requerer a Licença Paternidade (6,45%) – dados obtidos no Anuário RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego) e em publicação do IBGE, datada de 2010, intitulada “Síntese de Indicadores Sociais”. Aos trabalhadores que solicitarem a Licença Paternidade caberão



5 (cinco) dias de afastamento, fixados provisoriamente conforme artigo 10º, inciso II, parágrafo 1º das Disposições Transitórias da Nova Constituição.

$$\frac{1,69\text{horas}}{2.012,76\text{horas}} = 0,08\%$$

- Faltas Justificadas:

Número de horas correspondentes aos dias de ausências abonadas por ano. Conforme artigo 473 da CLT, é permitido ao empregado se ausentar do trabalho, sem perda de remuneração, nos casos de morte de cônjuge, casamento, doação de sangue, serviço militar e alistamento eleitoral. Adota-se aqui a média de 2 (dois) dias/ano.

$$(2\text{dias} \times 7,33\text{horas}) = 14,67\text{horas}$$

$$\frac{14,67\text{horas}}{2.012,76\text{horas}} = 0,73\%$$

- Dias de chuvas:

Conforme dados do INMET - Instituto Nacional de Meteorologia, nos últimos 10 anos têm chovido, em média, 131 dias na região de São Paulo. Proporcionalmente ao número de dias úteis obteremos:

$$131\text{dias} \times \left( \frac{(365,25 - 106,76\text{dias}_{\text{não\_trabalhados}})}{365,25} \right) = 92,71\text{dias}$$

$$(92,71\text{dias} \times 20\% \times 20\%) \times 7,33\text{horas} = 27,19\text{horas}$$

$$\frac{27,19\text{horas}}{2.012,76\text{horas}} = 1,35\%$$

- Auxílio Acidente de Trabalho

Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2010, 2,26% dos contribuintes da previdência, ligados às atividades de construção civil, foram beneficiados com a emissão de auxílio acidente de trabalho. Assim como no caso de ausência do empregado por enfermidade, em casos de acidentes de trabalho o empregador também arca com os custos dos primeiros quinze dias de interrupção de atividades, gerando o seguinte encargo:

$$(2,26\% \times 15\text{dias}) \times 7,33\text{horas} = 2,49\text{horas}$$

$$\frac{2,49\text{horas}}{2.012,76\text{horas}} = 0,12\%$$

- Salário Maternidade

A relevância deste encargo aumenta na medida em que cresce o contingente de trabalhadoras na construção civil. Às trabalhadoras seguradas pela Previdência Social é devido o pagamento de salário por um período de 120 dias. Tal benefício é pago pela própria Previdência, restando ao empregador arcar com os custos referentes ao 13º



salário, férias e proporcional de férias relativas ao período de afastamento. A probabilidade de que uma trabalhadora venha a requerer o salário maternidade, considerando a taxa de natalidade do Brasil (IBGE – 2009), é de 5,54%. Considerando-se ainda que 7,56% das vagas de trabalho da construção civil são ocupadas por mulheres, e que 83,16% (dados da RAIS -2010) delas encontram-se em idade fértil (15 – 49 anos), temos que a incidência deste encargo sobre a folha de pagamentos da construção civil é de 0,08 dias ao ano, ou 0,59 horas, conforme a seguinte fórmula:

$$\left( 5,54\% \times 7,56\% \times 83,16\% \times \left( \frac{120\text{dias}}{365,25\text{dias}} \right) \times (30\text{dias} + 30\text{dias} + 10\text{dias}) \right) \times 7,33\text{horas} = 0,59\text{horas}$$

$$\frac{0,59\text{horas}}{2.012,76\text{horas}} = 0,03\%$$

Tabela 4: Grupo B

B	GRUPO B	Incidência
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,99%
B2	Feriados	4,69%
B3	Auxílio Enfermidade	0,91%
B4	13º Salário	10,93%
B5	Licença Paternidade	0,08%
B6	Faltas Justificadas	0,73%
B7	Dias de Chuvas	1,35%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,12%
B9	Férias Gozadas	9,56%
B10	Salário Maternidade	0,03%
	<b>TOTAL</b>	<b>46,39%</b>

## GRUPO C

Detalhamento do Grupo C:

- **Aviso Prévio Indenizado**

Existem duas modalidades de Aviso Prévio: o indenizado e o trabalhado. Pela não existência de dados oficiais acerca da proporção entre elas, adotou-se a razão de 90% dos casos como indenizados para a situação paradigma para a construção civil.

O pagamento de Aviso Prévio proporcional ao tempo de serviço, de no mínimo trinta dias, é um direito do trabalhador garantido pelo texto Constitucional e por disposições da CLT. Por sua vez, o comando da Lei nº 12.506/2011 garante o acréscimo de três dias ao aviso prévio a cada ano de serviço prestado (além do primeiro), até um máximo de 60 dias, o que atingiria um total de 90 dias (30+60).

Como o prazo de duração média de emprego é de 18,29 meses, para a cidade de São Paulo, foi adotado o acréscimo de três dias ao aviso prévio. Com a utilização dos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do CAGED, obtêm-se uma Taxa de Rotatividade Anual Descontada (excluem-se as transferências, aposentadorias, falecimentos e desligamentos voluntários) para São Paulo de 65,62%

(2014) e uma proporção de dispensados sem justa causa de 83,09%, permitindo o cálculo da incidência deste encargo da seguinte maneira:

$$(33\text{dias} \times 65,62\% \times 83,09\% \times 90\%) \times 7,33 = 120\text{horas}$$

$$\frac{120\text{horas}}{2.012,76\text{horas}} = 5,90\%$$

- **Aviso Prévio Trabalhado**

O cálculo deste encargo toma por base o custo equivalente a 7 dias de trabalho (2 horas por trinta dias, de acordo com a Lei).. Leva-se em conta os 10% resultantes da adoção de 90% para Avisos Prévios Indenizados, segundo a seguinte fórmula:

$$(7\text{dias} \times 65,62\% \times 83,09\% \times 10\%) \times 7,33\text{horas} = 2,80\text{horas}$$

$$\frac{2,80\text{horas}}{2.012,76\text{horas}} = 0,14\%$$

- **Férias Indenizadas**

Trata-se de indenização proporcional aos 6,29 meses finais do contrato de trabalho (duração média de 18,29 meses), uma vez que o encargo gerado pelos primeiros 12 meses de contrato já foi tratado no Grupo B. O cálculo é similar ao realizado para as férias desse Grupo, alterando apenas o período de referência.

De acordo com o art. 146 da CLT, na cessação do contrato de trabalho, após 12 (doze) meses de serviço, o empregado, desde que não tenha sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o art. 130, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Portanto, devem ser considerados 6 meses para o cálculo desta indenização. Este encargo será aplicado apenas aos trabalhadores dispensados sem justa causa (83,09%).

$$(30\text{dias} + 10\text{dias}) \times \left( \frac{6}{18,29} \right) \times 83,09\% \times 7,33\text{horas} = 79,92\text{horas}$$

$$\frac{79,92\text{horas}}{2.012,76\text{horas}} = 3,97\%$$

- **Depósito por Despedida Injusta**

É constitucionalmente garantido ao trabalhador o pagamento adicional de 40% de todos os depósitos realizados ao FGTS durante o contrato de trabalho, quando demitido sem justa causa. A Lei Complementar Nº 110/2001 instituiu um pagamento de 10% adicionais ao encargo, arcando atualmente o empregador com 50% de todos os depósitos realizados na conta do FGTS do trabalhador. Cabe ressaltar que os depósitos do FGTS também são efetuados sobre o 13º salário, o adicional de 1/3 de férias, e o aviso prévio trabalhado. São utilizados para o cálculo deste encargo os dados obtidos no CAGED; prazo médio de contrato, rotatividade descontada e o



percentual de dispensados sem justa causa, a incidência de 8% do FGTS e a multa de 50%, segundo o seguinte cálculo:

$$\left( (365,25 \text{ dias} + 30 \text{ dias} + 10 \text{ dias}) \times \left( \frac{18,29}{12} \right) \times 65,62\% \times 8\% \times 50\% \times 83,09\% \right) \times 7,33 = 98,74 \text{ horas}$$

$$\frac{98,74 \text{ horas}}{2.012,76 \text{ horas}} = 4,90\%$$

- **Indenização Adicional**

De acordo com a Lei nº 7.238/1984 o empregado dispensado sem justa causa no período de 30 dias que antecede a data de sua correção salarial (dissídio coletivo), terá direito a indenização equivalente a um salário mensal. Por não ter sido encontrada estatística acerca dessa ocorrência, adotar-se-á, conservadoramente, e a despeito do desincentivo financeiro, que 1/12 (8,33%) dos trabalhadores demitidos sejam dispensados nestas condições. Portanto, calcula-se da seguinte forma o encargo:

$$(8,33\% \times 30 \text{ dias} \times 65,62\% \times 83,09\%) \times 7,33 = 9,99 \text{ horas}$$

$$\frac{9,99 \text{ horas}}{2.012,76 \text{ horas}} = 0,50\%$$

Tabela 5: Grupo C

C	GRUPO C	Incidência
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,90%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14%
C3	Férias Indenizadas + 1/3	3,97%
C4	Depósito por despedida injusta	4,90%
C5	Indenização Adicional	0,50%
	<b>TOTAL</b>	<b>15,41%</b>

#### GRUPO D

O Grupo D considera casos de reincidência de um encargo, ou grupo de encargos, sobre outro. Portanto, apesar de não haver alteração conceitual, o resultado das reincidências será alterado com a diminuição do GRUPO A – Total. Reincidência do Grupo A de encargos sobre o Grupo B, que resulta em 8,26%.

$$17,80\% \times 46,39\% = 26,8\%$$

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deverá incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidirão os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(90,5\% \times 8\%) + (14,0\% \times 17,8\%) = 50,0\%$$

Tabela 14: Grupo D

D	GRUPO D	Incidência
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,26%
D2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado + Reincidência de FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,50%
	<b>TOTAL</b>	<b>8,76%</b>



### TABELA RESUMO – Mão de Obra Horista

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE O SALÁRIO HORA - DESONERADO					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D
<b>A</b>	<b>GRUPO A</b>				
A1	INSS	0,00%			
A2	SESI	1,50%			
A3	SENAI	1,00%			
A4	INCRA	0,20%			
A5	SEBRAE	0,60%			
A6	Salário Educação	2,50%			
A7	Seguro Contra Acidentes Trabalho	3,00%			
A8	FGTS	8,00%			
A9	SECONCI	1,00%			
<b>B</b>	<b>GRUPO B</b>				
B1	Repouso Semanal Remunerado		17,99%		
B2	Feriados		4,69%		
B3	Auxílio-Enfermidade		0,91%		
B4	13º Salário		10,93%		
B5	Licença Paternidade		0,08%		
B6	Faltas Justificadas		0,73%		
B7	Dias de Chuvas		1,35%		
B8	Auxílio Acidente de Trabalho		0,12%		
B9	Férias Gozadas		9,56%		
B10	Salário Maternidade		0,03%		
<b>C</b>	<b>GRUPO C</b>				
C1	Aviso Prévio Indenizado			5,90%	
C2	Aviso Prévio Trabalhado			0,14%	
C3	Férias Indenizadas+1/3			3,97%	
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa			4,90%	
C5	Indenização Adicional			0,50%	
<b>D</b>	<b>GRUPO D</b>				
D1	Reincidência de A sobre B				8,26%
D2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado + Reincidência de FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado				0,50%
<b>SUB-TOTAIS ( GERAL )</b>		<b>17,80%</b>	<b>46,39%</b>	<b>15,41%</b>	<b>8,76%</b>
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS SOBRE O SALÁRIO HORA</b>				<b>88,36%</b>	

  
**Jaciele Strieder**  
 Engenheira Civil  
 CREA-RS 208346

